

O “estado da arte” na intervenção em comportamentos aditivos e dependências



Portugal é, sem qualquer margem para dúvidas, um país exemplar em matéria de respostas no combate às dependências com e sem substância, isto apesar dos danos causados com a extinção do antigo IDT e a criação do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências – SICAD, que veio fragmentar as respostas de excelência que até então existiam nos serviços. Uma iniciativa com a qual o governo anterior, talvez por uma avaliação deficitária baseada numa cultura organizacional tacanha e medíocre, quase destruiu um serviço público reconhecido e apreciado internacionalmente.

Estou apenas a falar do mais moderno, eficiente e qualificado instituto da administração pública portuguesa, com reconhecimento e prestígio internacional. Uma vez mais, a velha tendência do mudar por mudar, uma vez mais, o hábito déspota de querer mostrar quem manda, uma vez mais, a política no seu pior... Mudar para quê, se funcionava bem e era entendido como um modelo a seguir por outros países? Quando muito, tentar aperfeiçoar, ouvindo profissionais e utentes afectos às respostas...

Por isso, nunca entendi nem entendendo a cegueira e falta de sensibilidade de quem sempre quis ignorar a complexidade deste fenómeno, no trabalho e intervenção técnica e es-

pecializada dos experientes e qualificados profissionais de saúde que, ao longo dos anos, se dedicaram e empenharam num trabalho nem sempre fácil junto das pessoas e suas famílias. Uma intervenção assente em respostas integradas, envolvendo uma ampla rede de parcerias estratégicas, numa lógica de rentabilização de recursos, de conhecimento e de proximidade com o cidadão, envolvendo a sociedade civil. Uma intervenção concertada de respostas territoriais de qualidade e orientada pela centralidade nas necessidades do cidadão e nos seus direitos.

Ignorar todo o trabalho desenvolvido em matéria de drogas e toxicodependências, do álcool, do jogo patológico, da dependência da internet, das compras, medicamentos ou outras, assemelha-se também a uma patologia, de que sofrerão alguns “Politécnicos” ou “EuroFranchisados”, que teimam em armadilhar o trabalho dos profissionais de saúde que, apesar de todas as contrariedades que condicionam a sua actuação, continuam a lutar por um serviço público de excelência, com qualidade e eficiência garantida como o demonstram todos os relatórios e avaliações internas e externas...

A intervenção sobre o fenómeno da droga em Portugal já conheceu

melhores dias, já passou por inúmeros problemas e alterações administrativas, mas nenhuma como esta que veio a por em causa e incerteza instituições de saúde e seus profissionais, que se viram confrontados com a fragmentação das respostas por parte dos serviços.

Hoje, decorridos quinze anos sobre a descriminalização da droga em Portugal, importa reflectir sobre o contexto social e político, sobre a qualidade da intervenção, a importância da experiência dos profissionais e as parcerias estratégicas mas, ao mesmo tempo, aproveitar para discutir o processo de reestruturação da política pública portuguesa de intervenção nas dependências, como resposta à evolução dos novos fenómenos dos comportamentos aditivos. Reflectir sobre as novas dependências e novos padrões de consumo, muitos deles ligados a contextos recreativos, reflectir sobre o novo mercado das substâncias sintéticas e sobre o consumo crescente da canábica e do álcool.

Finalmente reflectir sobre o estado da arte das dependências em Portugal... Mais do que uma oportunidade, é uma obrigação!

Sérgio Oliveira,
director

FICHA TÉCNICA